

A realidade psicossocial dos *sem-abrigo*: breve contributo para a sua caracterização¹

Sónia Mairos Nogueira & Joaquim Armando Ferreira²

Este artigo pretende contribuir para um melhor conhecimento e mais profunda compreensão da problemática da realidade psicossocial dos *sem-abrigo*. Para o efeito, identificam-se abordagens e definições propostas a nível internacional e nacional, e analisam-se alguns factores que potenciam a emergência e manutenção da situação de *sem-abrigo*. Por fim, reitera-se a necessidade de aprofundar o estudo desta temática, com recurso aos contributos de diversas áreas disciplinares.

Homelessness is much more than rooflessness, it is the lack of a secure and satisfactory home (Killig, 1991, in Rokach, 2004, p. 37).

Homeless are beginning to be recognized as adaptative and resourceful [and their life is] a story of determination and resilience (Conley, 1996, p. 26).

Introdução

Vemos renovadas as atenções para com as populações que, em algum grau, estão em risco de exclusão social, neste ano de 2007. Sob o lema da “igualdade de oportunidades para todos” estão abertas múltiplas possibilidades de estudo científico e de intervenção sustentada junto de vários grupos de indivíduos, com particular atenção àqueles que se encontram em situação(ões) de fragilidade. É precisamente neste âmbito que se inclui a população de indivíduos *sem-abrigo*.

Denominados de muitas formas, que revelam a posição social de minorias desfavorecidas ao longo da história, os *sem-abrigo* constituem elementos comuns a várias culturas (e.g., Pinto, 1999; Relvas, 2002). *Chagados, mazelentos, maltrapilhos e des-*

1 A redacção deste artigo beneficiou do apoio do Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra [FEDER/POCTI-SFA-160-490]. Toda a correspondência relativa a este artigo deverá ser enviada para snogueira@fpce.uc.pt ou para Sónia Mairos Nogueira, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Rua do Colégio Novo s/n, 3001-802 Coimbra, Portugal

2 Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

calços, farrapos humanos, vagabundos, vadios, são algumas destas expressões, que nos recordam a *crudeldade e frieza* com que estas pessoas foram perspectivadas em diversificados contextos sociais. “É preciso não esquecer os estropiados, os cegos e os portadores de aleijões e outras mazelas” (Pinto, 1999, p. 20) que, fazendo igualmente parte desta população, são percebidos de forma algo distinta, dada a visibilidade das suas incapacidades.

Contudo, e ao contrário do que algumas das designações anteriores sugerem é, *hoje*, evidente que a situação de *sem-abrigo* não deriva, em exclusivo, de variáveis individuais (e.g., Sosin, 1992; Roche, 2004; Alekseeva, 2005; Instituto da Segurança Social, 2005; Kidd & Davidson, 2007). Em rigor, a responsabilidade pela sua génese e manutenção dilui-se por um conjunto muito elevado de factores, em que se incluem a sociedade, as políticas sociais e económicas, as instituições, os técnicos sociais e de saúde, assim como os próprios indivíduos (Anderson & Koblinsky, 1995; Vázquez & Muñoz, 2001; Bento & Barreto, 2002; Zufferey & Kerr, 2004).

Sem-abrigo: uma realidade complexa

Embora um número substancial de investigadores de vários quadrantes científicos defenda que a situação de *sem-abrigo* é uma realidade complexa e na qual interagem múltiplas variáveis, o conhecimento existente sobre esta problemática é, ainda, insuficiente (e.g., Xiberras, 1993; Roche, 2004; Williams, 2005; Martijin & Sharpe, 2006; Tompsett *et al.*, 2006).

Veja-se, a título ilustrativo, que “there is generally no accepted definition of homelessness (Rokach, 2004, p. 37). Isto é, os investigadores ainda não encontraram opções de definição da situação de *sem-abrigo* passíveis de aglutinar a heterogeneidade de indivíduos que, neste início de século XXI, *vivem para além do limiar da pobreza...* Assim, se autores como Thomas (1997, *in* Bento & Barreto, 2002, p. 24) a caracterizam com recurso à “ideia de falta de *habitat* mínimo, que protegeria o homem do frio, do vento ou da chuva que, da mesma maneira que a alimentação e/ou o vestuário, assegura uma necessidade essencial à sobrevivência humana”, outros peritos alertam para a parcialidade desta concepção reiterando que não é, apenas, a perda ou ausência de alojamento que caracteriza esta problemática. Integram este grupo de investigadores, Muñoz e Vasquez (1998), ao considerar que qualquer definição, que se pretenda englobante do constructo *sem-abrigo*, deve atender, pelo menos, às seguintes situações:

- i. Viver na(s) rua(s);

- ii. Ocupação legal ou ilegal de casas abandonadas, barracas ou outros abrigos não específicos;
- iii. Alojamento em refúgios ou centros de acolhimento, sejam estes privados ou públicos;
- iv. Estadia em pensões, camaratas ou outros refúgios;
- v. Estadia junto de amigos ou familiares, com os quais estas pessoas se sentem forçadas a coabitar;
- vi. Residência em instituições, estabelecimentos de cuidados infantis, prisões, hospitais, hospitais psiquiátricos; e, sempre que ao sair destas instituições o indivíduo não tenha domicílio;
- vii. Posse de uma casa, mas que não se considera adequada ou socialmente aceitável.

No mesmo sentido se situa a proposta de definição apresentada, em 2007, pela F.E.A.N.T.S.A. (*Fédération Européenne d'Associations Nationales Travaillant avec les Sans-abri*)³. Esta abordagem assenta, igualmente, na concepção de que a situação de *sem-abrigo* é um processo (e não um fenómeno estático) que pode afectar as pessoas em vários momentos da sua trajectória de vida⁴. De acordo com esta tipologia as pessoas que se encontram em situação de *sem-abrigo* são incluídas numa de quatro categorias, em função da sua circunstância, num determinado período de tempo:

3 A tipologia apresentada pela F.E.A.N.T.S.A. designa-se de ETHOS (*European Typology on Homelessness and Housing Exclusion*) e radica na noção de que o conceito de alojamento é composto por três domínios: físico, social e legal. No âmbito desta tipologia "having a home can be understood as: having an adequate dwelling (or space) over which a person and his/her family can exercise exclusive possession (physical domain); being able to maintain privacy and enjoy relations (social domain) and having a legal title to occupation (legal domain)" (F.E.A.N.T.S.A., 2007, s.p.).

4 A revisão das Estatísticas no âmbito da situação de *sem-abrigo* na Europa, que foi levada a cabo, em 2005, pelo *European Observatory on Homelessness* que partia da premissa que: "Policies to address homelessness include three main elements - prevention, accommodation and support. Prevention policies imply an understanding of both the causes of homelessness and the pathways into homelessness. Accommodation provision involves elements of emergency or temporary accommodation and transitional accommodation as well as permanent housing (with or without support). Increasingly policies to address homelessness recognise the need for support as well as housing and that support is needed for people who are homeless, have been homeless or may become homeless. This understanding of the policy basis indicates the need for an understanding of the process of homelessness and housing deprivation as well as the profiles of homeless people (F.E.A.N.T.S.A., 2007, s.p.)."

- i. Sem tecto (e.g., a viver em espaços públicos, a pernoitar em albergues);
- ii. em casa (e.g., a viver temporariamente em alojamento para pessoas em situação de *sem-abrigo*);
- iii. Alojamento inseguro (e.g., a viver temporariamente com família ou com amigos devido à ausência de alojamento próprio; ocupação ilegal de casa ou de terreno);
- iv. Alojamento inadequado (e.g., a viver em estruturas temporárias ou em espaços não adequados para habitação).

Dada a amplitude desta proposta de caracterização da situação de *sem-abrigo* com facilidade se compreende que a *European Typology on Homelessness and Housing Exclusion* (FEANTSA, 2007) é útil na operacionalização deste constructo junto de diferentes grupos da população (e.g., crianças, mulheres, homens, idosos, pessoas de diferentes grupos étnicos ou migrantes, assim como pessoas com problemas de aprendizagem ou deficiências). Importa, também, referir que cada uma das quatro categorias conceptuais se encontra operacionalizada em várias subcategorias passíveis de aplicação em qualquer um dos países que constituem a União Europeia (F.E.A.N.T.S.A., 2007), uma vez que tem em consideração as especificidades de cada nação (e.g., legais, culturais).

Pelo exposto surge reforçada a ideia de que a situação de *sem-abrigo* traduz o culminar de um processo de rupturas sucessivas, por parte de um ou mais indivíduos em qualquer momento da sua vida, com os vários sistemas sociais básicos, nomeadamente (Costa, 1998):

- i. Social: concernente aos grupos, às comunidades e redes locais em que os indivíduos se inserem (e.g., família, vizinhança, comunidade local);
- ii. Económico: constituído pelos mercados geradores de recursos, mercados de bens e serviços, sistemas de poupanças, entre outros;
- iii. Institucional: integra as instituições prestadoras de serviços no âmbito da educação, da justiça, da habitação ou da saúde e as instituições ligadas aos direitos políticos e cívicos;
- iv. Territorial: definido pelo âmbito espacial em que os indivíduos se localizam (e.g., bairro, concelho, país) e prende-se, como a denominação indica, com aspectos geográficos, mas principalmente, com o valor simbólico que o espaço adquire (que pode ser de maior ou menor estatuto social);

v. Referências simbólicas: respeitam à dimensão subjectiva da exclusão e estão associadas à existência ou perda de dimensões (e.g., auto-estima, iniciativa, expectativas, motivações).

Ou seja, a situação de *sem-abrigo* representa o *final* de um processo que se associa à pobreza mas que é distinto desta dado o número e dimensão das clivagens com os vários sistemas. O deficiente acesso aos sistemas e a existência de fissuras cada vez mais evidentes resultam de vários factores produtores de risco de exclusão social. Por sua vez, estes factores, individualmente ou por influência conjunta, provocam o aumento desta *fractura* (entre a pessoa *sem-abrigo* e os sistemas), num processo de bola de neve de dimensões cada vez mais complexas. Integram estes factores: baixos rendimentos, precariedade do emprego e momentos vários de desemprego ao longo da história de trabalho, baixos níveis de escolaridade, instabilidade familiar, más condições de habitação, solidão, saúde física e/ou psicológica debilitadas, isolamento social, capacidades cognitivas inferiores à média, auto-imagem desvalorizada, embora outros pudessem ser aqui descritos (Conley, 1996; Méda, 1999; Blustein, 2003; Rokach, 2004; Lenz-Rashid, 2005).

Destes, assumem particular relevo o trabalho e a rede social de suporte, pela magnitude das suas implicações para o indivíduo e também para a sociedade (Laufgraben *et al.*, 2004; Kovács, 2005). Garnier-Muller (2000) refere, sem reservas, que o trabalho é um elemento de grande importância para a organização social, a partir do qual o indivíduo afirma a pertença a uma comunidade, para além de que é a garantia da sua subsistência e alojamento. A norma do trabalho é de tal importância que Bento e Barreto (2002) a apresentam como o principal critério para a definição do que é a integração social. Posição que não é, de todo, original da sua parte, uma vez que, já em 1989, First e Toomey diziam que as pessoas *sem-abrigo*, com idade para trabalhar, suscitam conflitos de valores, numa sociedade que se encontra, em grande medida, organizada em função da ética do trabalho. Contudo, e a nosso ver, é também central estudar este indicador por uma outra razão. Para os adultos, o trabalho é um elemento decisivo para a construção da identidade (Knowles *et al.*, 1980, 1990a, 1990b, 2005; Merriam, 1993, 1999, 2000; Clark & Caffarella, 1999), aspecto que tem sido pouco estudado mas que merece um olhar mais atento por parte dos investigadores.

Note-se por exemplo, que a *United States Alcohol, Drugs Abuse and Mental Health Administration* (1983, in Muñoz & Vasquez, 1998) caracterize o *sem-abrigo* como aquele que não dispõe de alojamento (factor que analisamos em primeiro lugar), mas também de recursos ou laços comunitários adequados. Valoriza-se, nesta

definição, a dimensão da rede social de suporte e, em particular, o relacionamento interpessoal que as pessoas estabelecem nos contextos comunitários em que residem. No mesmo sentido vão Costa (1998) ou Bento e Barreto (2002) quando apontam como critérios de sinalização de exclusão social a ausência de redes sociais estáveis (em concreto, a existência de vínculos familiares instáveis, disfuncionais ou mesmo a inexistência de qualquer vínculo) e de recursos (e.g., financeiros ou materiais) que possibilitem uma vida com qualidade.

Consideramos, pelos argumentos referidos nos parágrafos anteriores, que uma sociedade que se diz inclusiva tem a obrigação de perspectivar a qualidade de vida dos seus cidadãos, pelo menos, segundo estes dois *pilares*: o trabalho e as relações interpessoais. São estes os alicerces de uma vida participativa em sociedade, em contexto de igualdade de oportunidades face aos pares, sob pena de criarmos falsas plataformas de inclusão que se esvanecem sempre que as ajudas sociais terminam. Em consequência, defendemos que a intervenção em contextos de exclusão deverá pautar-se por modalidades de educação que permitam às pessoas (re)conhecer-se, perspectivando oportunidades de trabalho e o estabelecimento de redes sociais de suporte que contribuirão para o (moroso) processo de (re)construção da sua identidade enquanto pessoa e cidadão.

As pessoas em situação de *sem-abrigo*

Ainda que a realidade dos *sem-abrigo* seja um dos *flagelos* que, há mais tempo, caracteriza as sociedades, a sua compreensão cada vez mais nos escapa... Na sociedade, os *sem-abrigo* ocupam, em simultâneo, vários estatutos estigmatizantes (Costa, 1998; Bento & Barreto, 2002). Em consequência, são com frequência definidos em função dos seus *pretensos defeitos* a nível: físico (e.g., deficientes, idosos, doentes), mental (e.g., psicóticos ou débeis), moral (e.g., perversos, criminosos), psicológico (e.g., baixa auto-estima, elevada auto-agressão), social (e.g., desafilados), legal (e.g., perseguidos pela polícia) ou ecológico (e.g., não vivem em sítios decentes). Esta leitura resulta de um grave enviesamento que leva as pessoas a centrarem-se nas limitações, incapacidades e problemas dos *sem-abrigo*, descuidando outros aspectos em que estes últimos revelam capacidades e competências ou mesmo comportamentos ajustados (Desjarlais, 1999; Biswas-Diener & Diener, 2006).

Igualmente grave é o facto destas generalizações apontarem para a homogeneidade deste grupo de indivíduos. A literatura alerta-nos, precisamente, para a sua

crescente heterogeneidade (Anderson & Koblinsky, 1995; Sousa & Almeida, 2001; Clavel, 2004; Wilson, 2005; Fisk, Rakfeldt & McCormack, 2006). O *arquétipo* do indivíduo sozinho, desempregado, com baixos níveis de escolaridade (por vezes inferiores ao 2º C.E.B.), e sem raízes sociais, que provavelmente possui, na sua vida, episódios de consumo de álcool ou estupefacientes, de mendicidade e que, não raras vezes, possui problemas do foro psiquiátrico... foi substituído por uma multiplicidade substancial de possibilidades (e.g., o ser mulher já não aparenta constituir factor de protecção para a situação de exclusão), as quais ainda não são compreendidas, em toda a sua abrangência. Estes indivíduos possuem “histórias de vida distintas ainda que, por caminhos diversos, todos venham a ter por leito um pedaço de rua e partilhem das mais diversas formas de desenlaces sociais” (Pais, 2006, p. 46).

Em síntese, estamos perante um velho problema, para o qual ainda não encontramos resposta. Todavia, o cenário é, *agora*, mais complexo do que nunca. “Society has observed homelessness change and evolve from a primary male-oriented population to a more heterogeneous group. Today, the demographic scope of homelessness includes a rapidly growing segment of young single women, alone or accompanied by their children” (*National Coalition for the Homeless*, 1999, s.p.). Na entrada de um novo milénio, em que a precariedade parece ser uma das constantes mais sentidas pelos indivíduos (e.g., a nível do vínculo contratual), novas formas de exclusão social se adicionam às que antes existiam. Em consequência, o número de pessoas sem abrigo tem aumentado de forma alarmante nas sociedades que se (auto)intitulam civilizadas, demonstrando que a sociedade pós-moderna não conseguiu dar resposta satisfatória a muitos dos desafios com que se tem deparado. De facto, se muitos têm sido os investimentos a nível nacional e internacional com vista a minorar este problema, os resultados têm ficado aquém do que seria desejável. Destaque-se, em registo exemplificativo, que nas orientações apontadas pelos vários organismos (e.g., U.N.E.S.C.O., 2003, 2005) encontramos claramente expressa a intenção de activamente contribuir para a plena integração social destes cidadãos, independentemente das dificuldades que estes possam encontrar ao longo do seu percurso de vida⁵.

5 Mas, para que estas intenções se possam concretizar é necessário conceptualizar o constructo de inclusão na sua completa acepção, não o limitando a uma etapa da narrativa existencial de cada um de nós ou a alguns dos contextos em que nos encontramos inseridos. Esta “seeks to address the learning needs of all children, youth and adults with a specific focus on those who are vulnerable to marginalisation and exclusion” (U.N.E.S.C.O., 2003, p. 4), e respeita às aprendizagens que se efectuam em contextos informais, não formais e formais.

Conclusão

De contornos complexos e multidimensionais que ainda escapam, na sua plenitude, à compreensão dos investigadores e da sociedade, a situação das pessoas em situação de *sem-abrigo* tem sido alvo de renovado interesse ao longo da última década. Grande parte dos investigadores concebe-a como um processo de duração indeterminada, que tem sido assimilado a um plano inclinado, mas com descidas irregulares. Ao longo do tempo a situação vai-se tornando mais complexa devido às contínuas rupturas com os diversos sistemas sociais. Não restam, pois, grandes dúvidas que estamos perante uma população de adultos com características muito peculiares, sendo muito evidente a sua condição de *desvantagem* e, em muitos casos, de *incapacidade* e de *deficiência* (Reynolds, 2002).

Todavia, este fenómeno, de matizes pessoais e sociais, parece ser bem mais complexo do que a afirmação anterior nos permitiria antever. Pelas profundas implicações que a situação de *sem-abrigo* provoca nos mais diversos sistemas (*e.g.*, pessoal, familiar e comunitário) e pelas dimensões que nela se encerram, facilmente se compreende que “não existe domínio científico que possa considerar o problema dos *sem-abrigo* como seu campo exclusivo de investigação e de intervenção. A complementaridade de perspectivas científicas é um elemento fundamental para uma compreensão científica válida do problema e para a construção de uma solução verdadeiramente eficaz” (Costa, 2002, p. 15). São necessárias grelhas de leituras provenientes de diferentes quadrantes científicos e sociais para que, com mais profundidade, se tracem *quadros* compreensivos sustentados dos factores precipitantes da situação de *sem-abrigo*, factores de resiliência, assim como daqueles que concorrem para a superação dessa situação.

Bibliografia

- Alekseeva, L. S. (2005). The homeless as objects of social discreditation. *Sociological Research*, 44(4), 6-21.
- Anderson, E. A. & Koblinsky, S. A. (1995). Homeless policy: the needs to speak to families. *Family Relations*, 44(1), 13-18.
- Bento, A. & Barreto, E. (2002). *Sem-amor Sem-abrigo*. Lisboa: CLIMEPSI.
- Biswas-Diener, R. & Diener, E. (2006). The subjective well-being of the homeless, and lessons for happiness. *Social Indicators Research*, 76, 185-205.
- Blustein, D. L. (2003). When the trees obscure the forest – modern and postmodern approaches to the study of work and relationships: comment on Tokar *et al.* (2003). *Journal of Counseling Psychology*, 50(1), 20-23.
- Clark, M. C. & Caffarella, S. (Eds). (1999). *An update on adult development theory: new ways of thinking about the life course*. San Francisco: Jossey-Bass.

- Clavel, G. (2004). *A sociedade da exclusão: compreendê-la para dela sair*. Porto: Porto Editora.
- Conley, D. C. (1996). Getting it together: social and institutional obstacles to getting off the streets. *Sociological Forum*, 11(1), 25-40.
- Costa, A. B. (1998). *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Desjarlais, R. (1999). The makings of personhood in a shelter for people considered homeless and mentally ill. *Ethos*, 27(4), 466-489.
- Fédération Européenne d'Associations Nationales Travaillant avec les Sans-Abris - F.E.A.N.T.S.A. (2007). *ETHOS: European typology of homelessness and housing exclusion*. Retrieved January 1, 2007, from <http://www.feantsa.org/code/en/pg.asp?Page=484>.
- First, R. J. & Toomey, B. (1989). Homeless men and the work ethic. *Social Service Review*, 63, 113-126.
- Fisk, D, Rakfeldt, J. & McCormack, E. (2006). Assertive outreach: an effective strategy for engaging homeless persons with substance use disorders into treatment. *The American Journal of Drug and Alcohol Abuse*, 32, 479-486.
- Garnier-Muller A. (2000). *Les inutiles. Survivre en banlieue et dans la rue*. Paris: Ed. de l'Atelier.
- Instituto da Segurança Social (Ed.). (2005). *Estudo dos sem-abrigo*. Lisboa: Gráfica do ISS.
- Kidd, S. A. (2006). Factors precipitating suicidality among homeless youth: a quantitative follow-up. *Youth & Society*, 37(4), 393-422.
- Kidd, S. A. & Davidson, L. (2007). 'You have to adapt because you have no other choice': the stories of strength and resilience of 208 homeless youth in New York City and Toronto. *Journal of Community Psychology*, 35(2), 219-238.
- Knowles, M. (1980). *The modern practice of adult education: from pedagogy to Andragogy*. Englewood Cliffs: Cambridge.
- Knowles, M. (1990a). *The adult learner: a neglected species* (4^a ed.). Houston: Gulf.
- Knowles, M. & Associates (1990b). *Andragogy in action*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Kovács, I. (Org.). (2005). *Flexibilidade de emprego: riscos e oportunidades*. Oeiras: Celta Editora.
- Laufgraben, J. L., Shapiro, N. S. and associates (2004). *Sustaining and improving learning communities*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Lenz-Rashid, S. (2005). Employment experiences of homeless young adults: are they different for youth with a history of foster care? *Children and Youth Services Review*, 28, 235-259.
- Martijn, C. & Sharpe, L. (2006). Pathways to youth homelessness. *Social Science & Medicine*, 62, 1-12.
- Méda, D. (1999). *O trabalho: um valor em vias de extensão*. Lisboa: Fim de século Edições.
- Merriam, S. (1993). *An update on Adult Learning Theory*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Merriam, S. (1999). *Learning in adulthood: a comprehensive guide* (2nd ed.). San Francisco : Jossey-Bass.
- Merriam, S. (2000). *A guide to research for educators and trainers of adults*. Malabar: Krieger Publishing.
- National Coalition for the Homeless. (1999). *Fact sheet #7: who is homeless?*. Retrieved January, 16, 2002, from <http://www.nch.ari.net/who.html>.

- Pais, J. M. (2006). *Nos rastros da solidão: deambulações sociológicas*. Porto: Âmbar.
- Pinto, M. F. (1999). *Os indigentes: entre a assistência e a repressão - a outra Lisboa no 1º terço do século*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Poulton, B., McKenna, H., Keeney, S., Hasson, F. & Sinclair, M. (2006). The role of the public health nurse in meeting the primary health care needs of single homeless people: a case study report. *Primary Health Care Research and Development*, 7, 135-146.
- Relvas, E. (2002). *Esmola e degredo: mendigos e vadios em Lisboa (1835-1910)*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Roche, M. (2004). Complicated problems, complicated solutions? Homelessness and joined-up policy responses. *Social Policy & Administration*, 38(7), 758-774.
- Rokach, A. (2004). The lonely and homeless: causes and consequences. *Social Indicators Research*, 69, 37-50.
- Reynolds, C. R. (Ed). (2002). *Concise encyclopedia of special education: a reference for the education of the handicapped and other exceptional children and adults* (2ª ed.). New York: John Wiley & Sons.
- Sosin, M. (1992). Homeless and vulnerable meal program users: a comparison study. *Social Problems*, 39, 170-188.
- Sousa, F. M. V. & Almeida, S. M. (2001). E se perguntássemos aos *sem-abrigo*?! Satisfação e necessidades percebidas face aos serviços, num abrigo de Lisboa. *Análise Psicológica*, 2(XIX), 299-312.
- Tompsett, C. J., Toro, p. A., Guzicki, M., Manrique, M. & Zatakia, J. (2006). Homelessness in the United States: assessing changes in prevalence and public opinion. *American Journal of Community Psychology*, 37(1, 2), 47-61.
- U.N.E.S.C.O. (1997). *V Conferência internacional sobre educação de adultos: declaração final e agenda para o futuro*. Lisboa: Ministério da Educação/Secretaria de Estado da Educação e Inovação.
- U.N.E.S.C.O. (2001). *Pronunciamento: "Cidades educadoras rede Brasil - encontro de Cuiabá" - Cuiabá, MT - 2 de Maio de 2001*. Retrieved Maio 2, 2006 from http://www.unesco.org.br/noticias/opinião/index/index_2001/educa_cuiaba/mostra_documento.
- U.N.E.S.C.O. (2003). *Overcoming exclusion through inclusive approaches in education: a challenge & a vision*. Paris: Section for Early Childhood and Inclusive Education Basic Education Division - U.N.E.S.C.O.. Retrieved at January 23, 2004 from <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001347/134785.pdf>.
- U.N.E.S.C.O. (2005). *Guidelines for inclusion: ensuring access to education for all*. Paris: U.N.E.S.C.O.. Retrieved at June 12, 2005 from <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001402/140224e.pdf>.
- U.N.E.S.C.O. (2006). *Education for sustainable development: quality education*. Retrieved at July 15, 2006 from http://portal.unesco.org/education/en/ev.php-URL_ID=27542&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html.
- Vázquez, C. & Muñoz, M. (2001). Homelessness, mental health, and stressful life events. *International Journal of Mental Health*, 30(3), 6-25.

- Williams, J. C. (2005). The politics of homelessness: shelter now and political protest. *Political Research Quarterly*, 58(3), 497-509.
- Wilson, M. (2005). Health-promoting behaviors of sheltered homeless women. *Fam Community Health*, 28(1), 51-63.
- Xiberras, M. (1993). *As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Zufferey, C., & Kerr, L. (2004). Identity and everyday experiences of homelessness: some implications for social work. *Australian Social Work*, 57(4), 343-353.

Résumé

Cet article vise contribuer à une meilleur connaissance et plus profonde compréhension de la problématique de la réalité psicossocial des sans-abri. À cet effet, s'identifient des abordages et des définitions proposées à niveau international et national, et s'analysent divers facteurs qui contribuent à l'urgence et à la manutention de la situation de sans-abri. Finalement, se réitère la nécessité d'approfondir l'étude de cette thématique, in particulier a travers des contributions de divers domaines disciplinaires.

Abstract

This article intends to contribute for a better knowledge and a deeper understanding of the psicossocial reality of the homeless. Accordingly, international and national approaches and definitions are identified and some of the factors that enhance the emergence and maintenance of homelessness are analysed. At last, the need to study this thematic is reiterated, in particular through the contribution of several disciplinary fields.